

# Funai fecha

# superintendências regionais

BRASÍLIA — A reforma administrativa iniciada no dia 20 de janeiro pela Fundação Nacional do Índio foi concluída, ontem, com a publicação, no Diário Oficial, da exoneração do seu superintendente geral, Edivio Batistelli. Nas mudanças no organograma, desapareceram o cargo ocupado por Batistelli e todas as superintendências regionais. A partir de agora, toda atividade, desde o planejamento geral da Funai até o atendimento aos mais remotos postos indígenas, estarão diretamente vinculados ao presidente Sidney Possuelo. Da sede, em Brasília, ele controlará a distribuição e aplicação do escasso orçamento da Fundação e comandará as 46 administrações regionais, os postos da Funai nos estados.

— O objetivo é foi eliminar escalões e evitar interferências políticas regionais — explicou a assessora de Comunicação Social Eliane Lucena.

A reforma, segundo a assessora da Funai, transfere para Brasília todas as atribuições das antigas seis superintendências, que eram responsáveis pelo atendimento direto aos índios nas aldeias e pela distribuição do orçamento da Fundação. Essas superintendências foram rebaixadas à categoria de administrações regionais — agora, são 46 que atuarão sem autonomia



O presidente Sidney Possuelo controlará de Brasília o orçamento da Funai

administrativa ou orçamentária. Elas se remeterão diretamente à Diretoria Geral de Assistência ao Índio, cargo que ainda está vago e que será subordinado diretamente ao presidente.

A reforma está sendo muito criticada por funcionários da Funai. Eles consideram que a nova estrutura foi um retrocesso, já que repete a organização existente até 1984, quando a Funai foi reformulada após constatado

que o modelo era inadequado.

— Naquela época, existiam 17 administrações regionais e já não dava certo, porque remedia todos os problemas para Brasília, que não tinha condições de dar respostas adequadas. Imagine, agora, com 46 administrações regionais, sem qualquer autonomia? Até para comprar diesel para uma lancha, os líderes indígenas vão ter de vir a Brasília. Vai ser caótico — prevê um antigo funcionário da Funai.

## Deputado quer que Exército demarque

BRASÍLIA — Militares da 4ª Divisão de Levantamentos, uma unidade do Exército especializada em levantamentos topográficos e demarcações, se queixaram ao deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ) não terem sido contratados para executar os serviços de demarcação do 9,4 milhões de hectares da reserva ianomâmi. Segundo o deputado, o serviço executado pelo Exército teria um custo inferior.

— O Exército mantém essa divisão, com pessoal especializado, tendo ou não serviço. Se não forem contratados para os grandes projetos do próprio governo, ficam ociosos — disse Bolsonaro.

A Funai explicou que não procurou o Exército para executar a demarcação da área ianomâmi porque os preços cobrados pela instituição eram historicamente mais altos do que os praticados pela iniciativa privada. Segundo dados da Funai, na última consulta feita à Divisão de Levantamento, em 1990, enquanto o preço médio do mercado era de Cr\$ 110 mil por quilômetro demarcado, o Exército cobrou da Funai Cr\$ 711 mil.

## Possuelo duvida de irregularidades

BELÉM — O presidente da Funai, Sidney Possuelo, contestou ontem as denúncias de irregularidades na licitação que deu à empresa Engenharia e Consultoria Ltda o contrato para demarcação dos 9,4 milhões de hectares da reserva ianomâmi e disse que a concorrência foi perfeita. Possuelo disse que a denúncia é mais uma tentativa de tumultuar a regularização da área ianomâmi.

— O critério técnico nos colocou diante de três empresas classificadas, mas apenas a Asserplan nos apresentou valores que consideramos o ideal para a demarcação. As demais nos apresentaram valores não compatíveis com a obra — explicou o presidente da Funai.

Possuelo disse que a extinção das seis superintendências da Funai no país, publicada ontem no Diário Oficial da União, foi necessária para descentralizar os trabalhos do órgão. Segundo ele, a Funai continua como administradora e executora das questões indígenas, mas dá autonomia aos estados através de administrações regionais.